

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenasas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

ESG na saúde: o imperativo da governança e sustentabilidade

A interseção entre preservação ambiental, bem-estar coletivo e diretrizes corporativas rigorosas representa uma fronteira vital para a medicina contemporânea. Historicamente, as instituições de cuidado focavam exclusivamente na resolução de patologias imediatas. Atualmente, o ecossistema médico compreende que a pegada de carbono e a gestão de resíduos de grandes centros de saúde atuam diretamente sobre os determinantes que afetam a saúde populacional. Trata-se de uma mudança estrutural profunda, em que o cuidado transcende os limites físicos do leito hospitalar para abraçar a responsabilidade sobre o ambiente onde os pacientes habitam.

Nesse cenário de transformação, a adoção de critérios de sustentabilidade e responsabilidade corporativa deixa de ser uma mera formalidade administrativa para se tornar um pilar da qualidade assistencial. Portanto, alinhar as práticas clínicas aos parâmetros globais de desenvolvimento tornou-se um imperativo ético e operacional.

No âmbito das relações interpessoais e comunitárias, o componente social exige que as instituições de saúde promovam um ambiente de cuidado equitativo e inclusivo. O olhar social também se volta rigorosamente ao corpo clínico e assistencial.

A governança, dentro das estruturas de saúde, funciona como o sistema nervoso central que coordena a ética, a conformidade legal e a transparência institucional. A proteção rigorosa dos dados sensíveis dos pacientes, em consonância com as legislações de privacidade contemporâneas, também repousa sobre diretrizes de governança cibernética sólidas.

O progresso das iniciativas de responsabilidade sistêmica só pode ser validado por meio de métricas precisas e transparentes que correlacionem ações de gestão com desfechos em saúde. O conceito de saúde baseada em valor dialoga com esses preceitos, pois ambos buscam maximizar o benefício ao paciente.

Integrar painéis de monitoramento de sustentabilidade aos relatórios diários de *performance* clínica permite que a instituição reaja rapidamente a desvios de padrão. Portanto, a qualidade da assistência é indissociável da forma responsável e transparente com a qual a organização conduz seus processos operacionais.

Em relação ao texto e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 No trecho “Trata-se de uma mudança estrutural profunda, em que o cuidado transcende os limites físicos do leito hospitalar para abraçar a responsabilidade sobre o ambiente onde os pacientes habitam”, o pronome relativo “onde” poderia ser substituído por **em que** sem prejuízo da correção gramatical.
- 2 No período “o cuidado transcende os limites físicos do leito hospitalar para abraçar a responsabilidade sobre o ambiente onde os pacientes habitam”, a forma verbal “abraçar” é empregada em sentido denotativo, referindo-se ao ato físico de envolver algo com os braços.
- 3 A construção “Integrar painéis de monitoramento de sustentabilidade aos relatórios diários de *performance* clínica permite que a instituição reaja rapidamente a desvios de padrão” poderia ser reescrita, com preservação do sentido original e da correção gramatical, da seguinte forma: **A integração de painéis de monitoramento de sustentabilidade aos relatórios diários de *performance* clínica possibilita que a instituição reaja rapidamente a desvios de padrão.**
- 4 Em “no âmbito das relações interpessoais e comunitárias”, a substituição de “no âmbito” por **na esfera** mantém o sentido original do período.
- 5 No fragmento “a qualidade da assistência é indissociável da forma responsável e transparente com a qual a organização conduz seus processos operacionais”, seria correto substituir “com a qual” por **à qual**, mantendo a regência e o sentido original do período.
- 6 O trecho “A governança, dentro das estruturas de saúde, funciona como o sistema nervoso central que coordena a ética, a conformidade legal e a transparência institucional” apresenta uma metáfora, pois estabelece comparação entre a governança e o sistema nervoso central.
- 7 No trecho “O progresso das iniciativas de responsabilidade sistêmica só pode ser validado por meio de métricas precisas e transparentes que correlacionem ações de gestão com desfechos em saúde”, a palavra “correlacionem” está grafada corretamente, sem hífen, conforme as regras do Acordo Ortográfico vigente.
- 8 No trecho “alinhar as práticas clínicas aos parâmetros globais de desenvolvimento tornou-se um imperativo ético e operacional”, a palavra “imperativo” pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por **facultativo**.

Internet: <galiciaeducacao.com.br> (com adaptações).

Texto para os itens de 9 a 16.**A formação do fonoaudiólogo frente às novas tecnologias: desafios e oportunidades**

A transformação digital tem redefinido práticas, processos e paradigmas em diversas especialidades, criando um novo cenário de possibilidades e desafios para profissionais e instituições de ensino. Na fonoaudiologia, a tecnologia também tem avançado, oferecendo novas ferramentas e possibilidades de intervenção.

As inovações tecnológicas têm o potencial de ampliar significativamente o acesso ao cuidado fonoaudiológico. A teleaudiologia, por exemplo, representa uma mudança paradigmática ao possibilitar o atendimento a pacientes em regiões remotas ou com dificuldades de deslocamento. Essa modalidade de atendimento não apenas amplia o alcance do serviço, mas também promove maior equidade no acesso à saúde.

Por outro lado, essa rápida evolução tecnológica também traz desafios significativos para a formação profissional. A formação do fonoaudiólogo precisa acompanhar esse ritmo acelerado de mudanças, garantindo que os estudantes desenvolvam não apenas competências tecnológicas, mas também as habilidades éticas e humanas necessárias para atuar com segurança e efetividade nesse novo cenário digital.

O uso de tecnologias na saúde exige uma reflexão ética aprofundada. Os futuros fonoaudiólogos devem compreender questões complexas relacionadas à privacidade, à confidencialidade, ao consentimento informado e ao uso responsável de dados. É fundamental que os profissionais compreendam as implicações legais e éticas do uso dessas tecnologias, garantindo que a inovação não comprometa a segurança e privacidade dos pacientes.

Apesar do avanço tecnológico impressionante, é crucial reconhecer que habilidades humanas continuam essenciais e insubstituíveis na prática fonoaudiológica. A tecnologia deve ser vista como uma ferramenta que potencializa e complementa essas habilidades, e nunca como um substituto para o cuidado humano.

A formação do fonoaudiólogo, diante das novas tecnologias, representa tanto um desafio quanto uma oportunidade extraordinária. O caminho à frente exige adaptação contínua, investimento em recursos e uma visão clara de que a tecnologia deve servir ao propósito maior da fonoaudiologia: melhorar a qualidade de vida das pessoas por meio do cuidado especializado com a comunicação humana.

Internet: <portal.fcm.unicamp.br> (com adaptações).

No que diz respeito ao texto e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens seguintes.

- 9 Em relação ao período “A teleaudiologia, por exemplo, representa uma mudança paradigmática ao possibilitar o atendimento a pacientes em regiões remotas ou com dificuldades de deslocamento”, é correto afirmar que o texto apresenta a teleaudiologia como exemplo de inovação tecnológica capaz de ampliar o acesso ao cuidado fonoaudiológico.

- 10 No fragmento “A formação do fonoaudiólogo, diante das novas tecnologias, representa tanto um desafio quanto uma oportunidade extraordinária”, as vírgulas que isolam “diante das novas tecnologias” estão corretamente empregadas, sendo o seu uso obrigatório, por se tratar de adjunto adverbial intercalado entre o sujeito e o verbo.
- 11 No trecho “Por outro lado, essa rápida evolução tecnológica também traz desafios significativos para a formação profissional”, a expressão “Por outro lado” estabelece relação de adição entre as ideias do parágrafo anterior e as do parágrafo em que se encontra, podendo ser substituída por **Além disso**, sem prejuízo do sentido original do texto.
- 12 Em “garantindo que os estudantes desenvolvam não apenas competências tecnológicas, mas também as habilidades éticas e humanas necessárias para atuar com segurança e efetividade nesse novo cenário digital”, os conectivos “não apenas” e “mas também” estabelecem relação de alternância entre os elementos por eles coordenados.
- 13 Na construção “O caminho à frente exige adaptação contínua, investimento em recursos e uma visão clara de que a tecnologia deve servir ao propósito maior da fonoaudiologia: melhorar a qualidade de vida das pessoas por meio do cuidado especializado com a comunicação humana”, o sinal de dois-pontos está corretamente empregado, introduzindo uma explicação ou um detalhamento especificamente do termo “visão clara”.
- 14 Em “Os futuros fonoaudiólogos devem compreender questões complexas relacionadas à privacidade, à confidencialidade, ao consentimento informado e ao uso responsável de dados”, o adjunto adnominal “relacionadas” restringe e especifica o sentido do substantivo “questões”.
- 15 No período “As inovações tecnológicas têm o potencial de ampliar significativamente o acesso ao cuidado fonoaudiológico”, o vocábulo “significativamente” é um advérbio de modo que, no contexto, modifica o adjetivo “fonoaudiológico”.
- 16 A partir do fragmento “A tecnologia deve ser vista como uma ferramenta que potencializa e complementa essas habilidades, e nunca como um substituto para o cuidado humano”, depreende-se que, no atual cenário, as “habilidades humanas” mencionadas dependem da tecnologia para existirem na prática fonoaudiológica.

Uma comissão era composta de 8 servidores, sendo 3 da área administrativa, 3 da área jurídica e 2 da área técnica. Desejava-se formar uma equipe com 4 servidores distintos, sem se considerar a ordem.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 O número de equipes formadas por servidores de exatamente 2 áreas distintas (sem representantes da terceira), contendo, pelo menos, um servidor de cada uma dessas áreas, é igual a 24.
- 18 O número de equipes com, pelo menos, 2 servidores da área jurídica é superior a 30.

- 19** O número de equipes que possuem exatamente 1 servidor da área técnica é igual a 40.
- 20** Após a escolha dos 4 integrantes, se eles forem distribuídos em 4 cargos distintos, considerando a ordem, o número total de possibilidades será inferior a 1.600.

Considere-se a distribuição de salários (em milhares de reais) a seguir, relativa a 20 servidores de um órgão público.

SALÁRIO	FREQUÊNCIA
3	4
4	6
5	5
6	3
7	2

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 21** A mediana dos salários é igual a 4 mil reais.
- 22** Se mais 2 servidores com salário de 7 mil reais forem incluídos na distribuição, a mediana passará a ser 5 mil reais.

Uma urna continha 8 bolas indistinguíveis ao tato, sendo 5 azuis e 3 vermelhas. Duas bolas, então, seriam retiradas sucessivamente, sem haver reposição.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 23** A probabilidade de as 2 bolas retiradas serem azuis é superior a 35%.
- 24** A probabilidade de sair ao menos uma bola vermelha nas duas retiradas é igual a $\frac{31}{56}$.

Uma empresa produzia e vendia x unidades de um produto. A receita mensal e o custo mensal, em reais, eram dados por $R(x) = 80x$ e $C(x) = x^2 + 40x + 300$, ao passo que o lucro é dado por $L(x) = R(x) - C(x)$.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 25** A empresa obtinha lucro positivo apenas quando a produção mensal estava entre 10 e 30 unidades.
- 26** O lucro máximo obtido pela empresa era igual a 400 reais.

Se um servidor for auditor, então ele terá conhecimento das normas de controle. Logo, todo servidor que conhecer as normas de controle elaborará bons relatórios. Carlos é auditor.

Com base nessa situação hipotética e nas informações apresentadas, julgue os itens a seguir.

- 27** Conclui-se, dedutivamente, que Carlos elabora bons relatórios.
- 28** A conclusão “todo servidor que elabora bons relatórios é auditor” pode ser obtida por dedução a partir das premissas dadas.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos conceitos fundamentais de *hardware* e de *software*, julgue os itens a seguir.

- 29 Os open-source *softwares* são programas cujo código-fonte está publicamente disponível e pode ser revisado, modificado e redistribuído, desde que sejam respeitadas as condições do tipo de licença adotada.
- 30 As impressoras multifuncionais podem ser classificadas tanto como dispositivos de saída, quanto de entrada, sendo a última classificação possível por meio da opção de *scanner*.
- 31 A CPU de um computador é o local em que estão localizados os componentes físicos, como memória RAM, disco de armazenamento, placa-mãe e placa de vídeo.
- 32 Atualmente, os *firmwares* contêm as instruções de baixo nível necessárias para que os componentes físicos iniciem e se comuniquem com o sistema operacional, porém a atualização dos *firmwares* gravados não pode ser realizada sem que seja necessária a formatação de todo o computador.

Considerando o Windows 10, bem como os conceitos de redes, de Internet e de intranet, julgue os itens seguintes.

- 33 O Explorador de Arquivos do Windows 10 utiliza uma estrutura hierárquica em árvore, em que uma pasta raiz, como a pasta C:, pode conter múltiplas subpastas, permitindo que o usuário organize arquivos diferentes em níveis de profundidade.
- 34 No Windows, quando o usuário cria um atalho de arquivo de vídeo que contém 1 GB de tamanho, o sistema operacional criará uma cópia inteira desse arquivo de vídeo, o qual também terá 1 GB.
- 35 A largura de banda de um sinal de wi-fi refere-se exclusivamente à distância física máxima, em metros, que esse sinal pode ser detectado ou que permite a conexão bem sucedida entre um dispositivo e o sinal de wi-fi em questão.
- 36 O protocolo HTTPS, geralmente identificado por um cadeado nos navegadores, indica que a comunicação entre o dispositivo do usuário e o servidor está sendo criptografada, impedindo que os dados sejam lidos por terceiros, caso sejam interceptados durante a transmissão desses dados.

No que se refere aos editores de texto e às planilhas, bem como à computação em nuvem, julgue os itens a seguir.

- 37 O conceito de nuvem pública em computação em nuvem refere-se à replicação de dados em servidores os quais são localizados em diferentes regiões do mundo, a fim de garantir que o serviço continue disponível, mesmo em caso de desastres naturais ou de falhas técnicas.
- 38 Na migração de serviços para a computação em nuvem, a responsabilidade pela proteção de dados e de senha é exclusiva do provedor de serviço.
- 39 No Microsoft Word, o atalho **Shift** + **F3** permite que se altere a capitalização de uma palavra selecionada.
- 40 No Microsoft Excel, uma tabela de consulta é uma estrutura de dados organizada que permite a recuperação de informações relacionadas. Assim, para que uma função de busca exata funcione corretamente, o valor procurado deve existir na primeira coluna (ou linha) do intervalo de referência, servindo como uma chave para retornar valores de colunas adjacentes, sem a necessidade de replicação manual de dados.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

À luz dos princípios éticos e constitucionais da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 41** Suponha-se que, em uma autarquia federal, um determinado diretor utilizou recursos públicos para realizar uma viagem a um congresso internacional relacionado à sua área de atuação, cumprindo integralmente os procedimentos licitatórios e orçamentários. Contudo, durante o evento, ele dedicou-se prioritariamente às atividades de turismo em detrimento da participação efetiva nas atividades técnicas. Nesse caso, é correto afirmar que tal situação, embora não configure ilegalidade formal, caracteriza violação aos princípios da moralidade e da finalidade pública.
- 42** O princípio da impessoalidade, em sua dupla dimensão, veda não apenas o tratamento discriminatório ou privilegiado entre administrados, mas também a imputação das realizações administrativas à pessoa do agente que as executou, preservando o caráter institucional e impessoal da atuação estatal.
- 43** Suponha-se que, em um município que enfrentava um surto epidêmico grave, a secretaria de saúde determinou, sem licitação prévia, a aquisição imediata de medicamentos essenciais ao tratamento da população afetada, com base em declaração formal de emergência. Nesse caso, é correto afirmar que a aplicação do princípio da eficiência, conjugada com a situação emergencial, legitima a dispensa temporária não apenas de procedimentos licitatórios, mas também do dever de fundamentação e de prestação de contas posterior.
- 44** A publicidade constitui regra geral no regime constitucional brasileiro, mas a restrição de acesso às informações pode ser implementada por mera conveniência administrativa, desde que a autoridade indique, genericamente, a existência de interesse público na preservação do sigilo.
- 45** A razoabilidade e a proporcionalidade, embora não expressamente previstas no *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988, são reconhecidas pela doutrina e pela jurisprudência como princípios implícitos decorrentes do estado de direito, vinculando a Administração Pública e permitindo o controle judicial de atos administrativos que, embora legais, sejam manifestamente desproporcionais ou desarrazoados.

Considerando a Lei nº 8.429/1992, julgue os itens seguintes, acerca da improbidade administrativa, com as modificações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021.

- 46** A Lei nº 14.230/2021, ao reformar o regime de improbidade administrativa, estabeleceu que, para a caracterização de ato ímprobo por violação de princípios, é imprescindível a demonstração cumulativa de elemento subjetivo doloso e de lesividade materialmente relevante, não bastando mera irregularidade formal ou conduta culposa para configurar-se a improbidade nessa modalidade.

- 47** Suponha-se que um prefeito municipal contratou uma empresa de consultoria de sua propriedade, por meio de procedimento licitatório regular, para prestar serviços ao município. Nesse caso, é correto afirmar que, embora a licitação tenha observado todos os requisitos formais e a empresa contratada seja tecnicamente qualificada, a situação configurará conflito de interesses e caracterizará enriquecimento ilícito, independentemente da regularidade procedimental, pois haverá auferimento de vantagem patrimonial indevida em razão do cargo público ocupado.
- 48** Suponha-se que uma empresa participante de licitação apresentou documentação falsa para comprovar regularidade fiscal, sendo a fraude descoberta apenas após a assinatura do contrato. Nesse caso, é correto afirmar que o sócio-administrador da empresa, que não é agente público nem participou diretamente da elaboração dos documentos fraudulentos, estará isento de responsabilidade por improbidade administrativa, pois não praticou pessoalmente o ato material de falsificação.
- 49** A configuração de enriquecimento ilícito no regime da Lei de Improbidade Administrativa, segundo orientação jurisprudencial consolidada, prescinde de demonstração de nexo causal direto e imediato entre o incremento patrimonial e ato funcional específico, bastando a comprovação de que a vantagem econômica auferida é incompatível com a evolução patrimonial lícita do agente e que há correlação temporal e contextual com o exercício da função pública.
- 50** Na ação de improbidade administrativa, o agente público é condenado em primeira instância ao ressarcimento integral do dano ao erário e à suspensão dos direitos políticos. Desse modo, ao ser interposto recurso, o tribunal anulará a condenação referente à suspensão de direitos políticos por ausência de comprovação de dolo, mas manterá integralmente a condenação ao ressarcimento. Tal decisão, portanto, está juridicamente fundamentada, pois o ressarcimento tem natureza reparatória e independe de elemento subjetivo, enquanto as sanções político-administrativas exigem culpabilidade.

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, julgue os itens seguintes, acerca do processo administrativo federal e das garantias processuais dos administrados.

- 51** Suponha-se que um conselho profissional instaurou um processo disciplinar contra um profissional denunciado por infração ética. Ao longo da instrução, o conselheiro relator manifestou publicamente, em rede social pessoal, a sua convicção prévia sobre a culpabilidade do investigado, fundamentando-se em notícias veiculadas na imprensa. Nesse caso, é correto afirmar que tal conduta configura quebra de imparcialidade e compromete a validade do processo, por violação às garantias do contraditório e da ampla defesa.

- 52** A Lei nº 9.784/1999 estabelece que, em um processo administrativo, os atos do órgão ou da autoridade responsável devem ser praticados no prazo de até cinco dias, salvo disposição legal específica em contrário. Assim sendo, o descumprimento desse prazo acarretará, automaticamente, a nulidade do ato praticado de forma extemporânea, independentemente da demonstração de prejuízo ao administrado.
- 53** Suponha-se que um administrado protocolou um recurso administrativo contra uma decisão que lhe foi desfavorável, requerendo, cumulativamente, a reconsideração pela mesma autoridade e a apreciação por instância superior. A Administração, então, indeferiu liminarmente o recurso sob o argumento de que não era possível cumular pedido de reconsideração com recurso hierárquico. Nesse caso, é correto afirmar que tal indeferimento está em consonância com a Lei nº 9.784/1999.
- 54** A Administração Pública, ao constatar erro material evidente em ato administrativo de efeitos concretos praticado há oito anos, pode corrigi-lo mediante simples retificação, independentemente do prazo decorrido, pois a correção de erro material não se sujeita ao prazo decadencial de cinco anos previsto para a anulação dos atos que geram efeitos favoráveis aos administrados.
- 55** A Lei nº 9.784/1999 prevê que, nos processos administrativos, deverão ser observados critérios como: a atuação segundo padrões éticos de probidade, de decoro e de boa-fé; a interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige; e a adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, de segurança e de respeito aos direitos dos administrados.

À luz da Lei nº 12.527/2011 e de seus decretos regulamentadores a respeito da transparência e do acesso à informação pública, julgue os itens a seguir.

- 56** Suponha-se que uma empresa jornalística tenha requerido acesso às informações sobre um processo licitatório realizado por autarquia federal, incluindo as propostas apresentadas, as atas de julgamento e as justificativas das decisões. O órgão negou acesso integral, alegando que a divulgação de critérios de julgamento e de metodologia de avaliação prejudicaria futuras licitações. Nesse caso, é correto afirmar que tal fundamentação é juridicamente suficiente para restringir o acesso à informação.
- 57** A Lei de Acesso à Informação estabelece que informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos, praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, não poderão ser objeto de restrição de acesso, mesmo que classificadas em grau de sigilo máximo.

- 58** O prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas é de 30 anos, prorrogável uma única vez por igual período, desde que a prorrogação seja justificada, fundamentada e submetida à aprovação da comissão mista de reavaliação de informações, podendo o prazo total atingir até 50 anos em situações excepcionais.
- 59** As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, quando estiverem em poder de órgãos públicos, têm o seu acesso restrito pelo prazo máximo de 100 anos, a contar da data de sua produção, independentemente da classificação de sigilo, sendo ressalvadas as hipóteses específicas previstas em Lei que autorizam a divulgação ou o acesso excepcional.
- 60** A recusa de fornecimento de informação por órgão público – quando não for fundamentada, não indicar autoridade responsável pela decisão ou não informar sobre recursos cabíveis – sujeita o agente responsável a medidas disciplinares, mas não afeta a validade jurídica da negativa de acesso, que permanece eficaz até eventual reforma em grau de recurso.

Considerando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, e a sua aplicação ao Poder Público, julgue os itens seguintes.

- 61** Suponha-se que um tribunal de justiça estadual coletou dados biométricos (impressões digitais e reconhecimento facial) de todos os visitantes que tenham ingressado no edifício, armazenando-os em um banco de dados permanente, para fins de segurança patrimonial e de controle de acesso. Nesse caso, é correto afirmar que, para esse tratamento, a LGPD exige, necessariamente, a obtenção de consentimento livre, informado e inequívoco de cada visitante.
- 62** Suponha-se que uma secretaria de educação municipal implementou um sistema informatizado de gestão escolar que coletava e processava dados de alunos, de professores e de pais, incluindo as informações sobre o desempenho acadêmico, a frequência e a situação socioeconômica familiar. Nesse caso, é correto afirmar que a LGPD exige que o tratamento esteja vinculado à finalidade pública específica e legítima, que seja compatível com as competências do órgão, observando os princípios da necessidade, da adequação, da transparência e da segurança.
- 63** No âmbito da Administração Pública, a LGPD restringe o tratamento compartilhado de dados pessoais entre órgãos e entidades públicas, dispensando a comunicação ao titular, desde que seja para o atendimento de finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuições legais pelos órgãos envolvidos, devendo ser observados os princípios de proteção de dados.
- 64** A LGPD estabelece que dado pessoal é toda informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, abrangendo não apenas dados de identificação direta, como nome e CPF, mas também aqueles que, mediante utilização de meios técnicos razoáveis, permitem a identificação indireta, quando forem combinados com informações adicionais.

- 65** Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais tratados por órgão público, a LGPD dispensa a comunicação do incidente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e aos titulares afetados, considerando que a responsabilidade do Poder Público é regida exclusivamente pelo regime de direito público.

De acordo com a integração entre ética, transparência, processo administrativo e proteção de dados na governança pública contemporânea, julgue os itens a seguir.

- 66** Suponha-se que, em uma determinada situação, um conselho profissional necessite divulgar decisões disciplinares para fins de transparência e controle social, mas essas decisões continham dados pessoais sensíveis dos profissionais sancionados. Nesse caso, é correto afirmar que a Administração deve, aplicando o princípio da proporcionalidade, harmonizar a publicidade e a proteção de dados mediante técnicas como anonimização parcial, divulgação apenas após trânsito em julgado ou restrição de dados não essenciais à finalidade informativa.
- 67** A transparência administrativa, ao assegurar o acesso da sociedade às informações públicas, tem função meramente instrumental e limita-se à publicidade formal dos atos já praticados, não servindo como meio de controle social nem de participação cidadã na gestão pública.
- 68** A conduta ética na Administração Pública, por ser a dimensão mais ampla que a mera legalidade, exige do agente público não apenas a observância formal das normas jurídicas, mas também o compromisso com valores como probidade, lealdade institucional, boa-fé, transparência e finalidade pública, de modo que mesmo os atos formalmente legais podem ser eticamente censuráveis, quando forem praticados com desvio de finalidade ou com má-fé.
- 69** As garantias processuais do contraditório e da ampla defesa, previstas constitucionalmente, aplicam-se integralmente a todos os processos administrativos, sem exceção, de modo que qualquer restrição à participação prévia do administrado, ainda que motivada por urgência ou risco à eficácia da medida, configura violação ao devido processo legal e vício insanável do ato administrativo.
- 70** A governança pública contemporânea reconhece ética, transparência e proteção de dados como valores complementares e mutuamente reforçadores, de modo que a implementação efetiva de cada um desses elementos contribui para o fortalecimento dos demais, promovendo confiança social, legitimidade institucional e gestão pública responsável e sustentável.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em uma fiscalização de rotina em uma clínica que oferecia avaliação e terapia fonoaudiológica, um fiscal verificou os documentos de uma pessoa jurídica, a escala de profissionais e os registros de atendimento de adequação aos parâmetros assistenciais e às competências profissionais.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, considerando a Lei nº 6.965/1981, o Decreto nº 87.218/1982 e as normas do Sistema de Conselhos.

- 71** Ao constatar os atendimentos realizados por um bacharel em fonoaudiologia, sem inscrição ativa no Conselho Regional, o fiscal deverá tratar a situação como exercício irregular da profissão, ainda que haja diploma reconhecido.
- 72** Se a clínica possuir alvará municipal e contrato social regular, a inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional tornar-se-á dispensável para fins de fiscalização profissional.
- 73** Na visita, a apresentação de prontuários e a identificação dos profissionais responsáveis auxiliam na verificação da regularidade assistencial e da responsabilidade técnica.
- 74** Caso a clínica informe que o responsável técnico atua somente por consultoria verbal, sem qualquer vínculo formal verificável, o fiscal deverá considerar suficiente a declaração do proprietário.
- 75** A atuação fora das áreas de competência é admissível, e os parâmetros assistenciais são facultativos em prol da demanda e da produtividade.

Durante uma fiscalização em um serviço de audiologia, foram avaliados os certificados de calibração, de condições acústicas do ambiente e de rotinas de atendimento.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, à luz das Resoluções CFFa nº 553/2019, nº 554/2019 e nº 591/2020.

- 76** Se o audiômetro estiver em uso clínico sem comprovação válida de calibração ou ajuste, o fiscal deverá registrar a inconformidade, pois a confiabilidade do exame depende da regularidade do equipamento.
- 77** A existência de cabine audiométrica elimina a necessidade de verificar o nível de pressão sonora do ambiente de teste.
- 78** Em caso de haver ruído ambiental acima do permitido, a continuidade dos exames comprometerá a qualidade técnica dos resultados e justificará a orientação corretiva pelo fiscal.

- 79** Na seleção e na adaptação de AASI, a atuação do fonoaudiólogo deve observar a avaliação, a orientação e o acompanhamento que sejam compatíveis com a necessidade do usuário.
- 80** Se o serviço terceirizar a calibração, a responsabilidade pela manutenção documental deixará de ser do estabelecimento fiscalizado.

Em uma análise de atendimento por telefonaudiologia, um fiscal verificou a plataforma utilizada, os prontuários, o consentimento do paciente e os critérios de indicação do atendimento remoto.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, a respeito da Resolução CFFa nº 580/2020 e do Código de Ética.

- 81** O atendimento remoto não afasta a responsabilidade técnica e ética do fonoaudiólogo pela conduta adotada.
- 82** A ausência de registro em prontuário é aceitável quando a sessão ocorre por videochamada e não há exame presencial.
- 83** Ao identificar o uso de aplicativo sem controle mínimo de privacidade, o fiscal deverá considerar o risco à confidencialidade das informações do paciente.
- 84** Se o caso exigir procedimento incompatível com a modalidade remota, a manutenção do atendimento a distância deverá ser avaliada como conduta inadequada.
- 85** Quando o paciente solicitar atendimento remoto por conveniência, o fonoaudiólogo ficará dispensado de avaliar se a modalidade é tecnicamente indicada.

Em uma instituição de ensino, o fiscal recebeu documentos acerca da atuação de um fonoaudiólogo em um projeto escolar, em uma supervisão de estagiários e em algumas ações coletivas.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei nº 11.788/2008 e com as Resoluções CFFa nº 605/2021, nº 658/2022 e nº 740/2024.

- 86** O estágio deve estar vinculado a uma instituição de ensino, a um termo de compromisso e a uma supervisão compatível com a formação do estudante.
- 87** A presença de estagiário em triagem escolar dispensará supervisão quando a atividade for coletiva e de baixo risco.
- 88** A atuação fonoaudiológica na educação envolve ações de promoção, de orientação e de apoio ao processo de aprendizagem, sem se limitar ao atendimento clínico individual.

- 89** Se a escola utilizar relatório coletivo para orientar professores, o fiscal deverá exigir que sejam preservadas informações pessoais dos estudantes.
- 90** O supervisor de estágio delega a condução de avaliação fonoaudiológica integralmente ao estagiário, desde que esse supervisor assuma a responsabilidade pela revisão do relatório final.

No decorrer de uma fiscalização, em um serviço hospitalar com atendimento em unidade de terapia intensiva (UTI) neonatal, pediátrica e adulta, foram observados fluxos de biossegurança, de registros assistenciais e de integração da equipe.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, considerando as Resoluções CFFa nº 655/2022 e nº 764/2024.

- 91** O uso de equipamento de proteção individual (EPI) deve ser compatível com o risco do procedimento e com o ambiente de assistência.
- 92** Em UTI, a atuação fonoaudiológica deve observar os protocolos institucionais e as condições clínicas do paciente antes da intervenção.
- 93** A inexistência de rotina de higienização de materiais compartilhados constitui-se como uma falha relevante para registro fiscalizatório.
- 94** Quando há suspeita ou diagnóstico confirmado de infecção, não há necessidade de restringir o uso de equipamentos como estetoscópio e oxímetro ao leito/paciente, bastando a limpeza e desinfecção com álcool 70% antes do compartilhamento.
- 95** Quando o prontuário não registrar a conduta realizada em UTI, a fiscalização deverá considerar prejudicada a rastreabilidade da assistência.

Uma clínica enviou alguns documentos incompletos, com algumas fotos do ambiente e uma relação de profissionais. Também havia, nessa relação, uma fiscalização remota previamente comunicada.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, a respeito da Resolução CFFa nº 692/2023 e do Manual de Orientação e Fiscalização.

- 96** A modalidade remota permite a coleta de informações e de documentos, desde que haja a formalização dos atos fiscalizatórios.
- 97** A fiscalização remota impede posterior visita presencial ao mesmo estabelecimento.
- 98** Quando as evidências enviadas não permitirem uma conclusão segura, o fiscal solicitará uma complementação documental ou indicará uma diligência presencial.

- 99** A recusa injustificada de envio de documentos será registrada como obstáculo à ação fiscalizatória.
- 100** Por ocorrer a distância, a fiscalização remota dispensará a identificação do fiscal e a ciência do fiscalizado.

Por ocasião de uma apuração de denúncia contra o serviço fonoaudiológico, um fiscal precisou diferenciar a orientação, a constatação de indícios e a instauração de processo.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, em relação ao Código de Processo Disciplinar e às sanções aplicáveis.

- 101** A constatação fiscalizatória deverá ser documentada contendo a descrição objetiva dos fatos, o que evitará o juízo antecipado sobre a culpa.
- 102** O contraditório e a ampla defesa deverão ser assegurados antes da aplicação de penalidade disciplinar.
- 103** Se a denúncia apresentar documentos incompletos, o fiscal deverá buscar elementos adicionais antes de encaminhar a conclusão técnica.
- 104** A pessoa jurídica não inscrita que presta serviço fonoaudiológico está fora do alcance das sanções do Sistema de Conselhos.
- 105** A abertura de processo disciplinar permite dispensar a análise da proporcionalidade entre um fato apurado e uma eventual sanção.

Em uma clínica que utilizava um sistema eletrônico de prontuários, um fiscal analisou os controles de acesso, a guarda de informações, a digitalização de documentos e a disponibilidade de registros.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, no que diz respeito à Resolução CFFa nº 777/2025 e ao Código de Ética.

- 106** O prontuário físico ou eletrônico deve permitir identificar o profissional responsável pelos registros e pelos procedimentos realizados.
- 107** A digitalização de documentos autoriza o descarte imediato dos originais, ainda que não haja a garantia de integridade e de autenticidade.
- 108** O acesso amplo de recepcionistas a todo o histórico clínico dos pacientes é inadequado, quando não houver necessidade funcional justificada.
- 109** A ausência de cópia de segurança compromete a guarda e a recuperação das informações clínicas, em caso de falha do sistema.
- 110** Se o sistema eletrônico não registrar as alterações feitas no prontuário, a verificação da rastreabilidade dos dados ficará prejudicada.

Durante uma ação de fiscalização em uma clínica de fonoaudiologia recém-inaugurada, o fiscal prestou orientações técnicas e analisou a regularidade do funcionamento.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, com base no art. 37 da Constituição Federal de 1988, nos direitos e nas garantias fundamentais, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção Americana acerca dos Direitos Humanos.

- 111** O fiscal deverá orientar o responsável técnico com base nas normas vigentes, sendo vedada a criação de exigências não previstas em lei ou regulamento.
- 112** O princípio da impessoalidade admite tratamento diferenciado quando houver relação pessoal prévia entre o fiscal e o responsável pela clínica, desde que não haja prejuízo a terceiros.
- 113** A publicidade dos atos administrativos deverá ser observada, podendo ser restringida quando for necessária à proteção da intimidade, da vida privada ou de dados sensíveis de pacientes atendidos na clínica.
- 114** Ao elaborar o relatório de fiscalização, o agente deverá descrever os fatos constatados e deverá indicar os fundamentos jurídicos de sua atuação, assegurando-se a motivação do ato administrativo.
- 115** O princípio da eficiência autoriza o fiscal a flexibilizar os procedimentos formais previstos em norma para agilizar a fiscalização da clínica.

Ao longo de uma fiscalização integrada, um fiscal encontrou uma clínica com atendimento presencial, teleatendimento, estagiários, prontuários digitais e serviço de audiolgia.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, considerando a necessidade de priorizar riscos e de tomar decisões proporcionais.

- 116** Diante de múltiplas inconformidades, o fiscal deverá priorizar aquelas que apresentem um maior potencial de dano ao usuário e à validade técnica dos serviços.
- 117** Se houver equipamento audiológico sem calibração e prontuários incompletos, a orientação verbal será suficiente para encerrar a fiscalização sem registro formal.
- 118** A existência de termo de estágio não elimina a necessidade de verificar se a supervisão ocorre de forma efetiva na prática.
- 119** No teleatendimento, a preferência do paciente por aplicativo comum dispensa a análise de privacidade quando não há gravação da sessão.
- 120** A adoção de providências distintas para cada achado fiscalizatório será adequada quando os fatos apresentarem gravidade, urgência e natureza diferentes.

**RASCUNHO**